

DECRETO Nº 1399/2005

APROVA PAUTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS POR ATO ONEROSO “INTER-VIVOS”

A Prefeita Municipal de Nova Era, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Inciso IV do Art. 52 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 87, parágrafo único da Lei nº 1194, que estabelece o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Pauta de Valores Imobiliários para cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato Oneroso “Inter-Vivos”, para imóveis que estejam dentro e fora do Cadastro Imobiliário Municipal.

Art. 2º - Para os imóveis que estejam no Cadastro Imobiliário Municipal, o valor mínimo do m² de terreno e construção será determinado pela “Pauta de m² de Terreno e Construções”, definida pelo Cadastro Imobiliário, corrigida monetariamente.

Art. 3º - Para os imóveis que estejam fora do Cadastro Imobiliário Municipal, o valor mínimo de terrenos, construções e quaisquer benfeitorias, será determinado pela seguinte Pauta:

1 – Terrenos Rurais

- 1.1 – Terreno (por ha) R\$673,15
- 1.2 – Terreno de má qualidade (por ha) R\$453,52

2 – Construções e Benfeitorias Rurais

- 2.1 – Curral (por metro linear) R\$58,40
- 2.2 – Paiol (por m²)..... R\$58,40
- 2.3 – Galpão de Moinho (por unidade).....R\$348,97
- 2.4 – Casa da Sede (por m²) R\$87,23
- 2.5 – Outras benfeitorias (por m²) R\$87,23

Art. 4º - Deverá ser apresentado neste órgão a escritura para comprovação da qualidade do terreno e da existência de benfeitorias no caso de imóveis rurais.

Art. 5º - Quando a qualidade do terreno rural estiver oculta na escritura, considerar-se-á o valor da pauta “1.1 – Terreno”, para cálculo imobiliário.

Art. 6º - Todo valor da transação imobiliária deverá ser especificado na guia de informação do ITBI, em moeda corrente, mediante assinatura do responsável.

Art. 7º - Caso a avaliação municipal seja inferior ao valor da transação declarada, considerar-se-á para tributação do ITBI o valor da transação declarada.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Era, 10 de fevereiro de 2005.

Laura Maria Carneiro de Araújo
PREFEITA MUNICIPAL